

LARISSA RIBEIRO DA CRUZ GODOY

Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo

Centro Universitário de Brasília – Uniceub.

Especialista em Gestão Ambiental pela

Universidade Católica de Brasília – UCB.

Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Advogada.

**COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
E FINANCIAMENTO
DE ÁREAS PROTEGIDAS**

Sergio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre / 2015

© Larissa Ribeiro da Cruz Godoy

Editoração eletrônica: *Formato Artes Gráficas*

G589c

Godoy, Larissa Ribeiro da Cruz

Compensação ambiental e financiamento de áreas protegidas / Larissa Ribeiro da Cruz Godoy. – Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Ed., 2015.

302 p. ; 15,5 x 22 cm.

ISBN 978-857525-644-2

1. Política Ambiental : Aspectos Jurídicos : Brasil.
2. Compensação : Direito Ambiental : Brasil. 3. Proteção Ambiental : Financiamento : Brasil. 4. Conservação da Natureza : Brasil. I. Título.

CDU – 34:504(81)

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR
Rua Riachuelo, 1238 – Centro
Telefone (0xx51) 3227-5435
CEP 90010-273 – Porto Alegre – RS
E-mail: fabriseditor@terra.com.br
Site: www.fabriseditor.com.br

Sumário

Lista de siglas e acrônimos	9
Prefácio	13
Introdução.....	17
1. Políticas públicas: conceitos básicos e fundamentos metodológicos	23
2. Políticas públicas ambientais e áreas protegidas.....	33
2.1. Aspectos ideológicos.....	33
2.2. Origens e trajetória no Brasil.....	41
3. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.....	53
3.1. O arranjo jurídico-institucional do SNUC.....	68
3.2. O financiamento das unidades de conservação	83
3.2.1. Sustentabilidade financeira.....	99
3.2.2. Fontes de financiamento.....	100
3.2.2.1. Fontes atuais	103
3.2.2.2. Fontes potenciais	148
3.2.2.3. Fontes indiretas.....	154
4. A compensação ambiental para o financiamento de áreas protegidas: limites e possibilidades	161
4.1. As origens da compensação ambiental no Brasil e seu arranjo jurídico-institucional atual	162

4.2. A sistemática de operacionalização da compensação ambiental federal.....	193
4.3. As controvérsias sobre a compensação ambiental no Supremo Tribunal Federal-STF e no Tribunal de Contas da União-TCU ...	204
4.3.1. A discussão sobre a compensação ambiental no STF.....	204
4.3.2. A compensação ambiental segundo o TCU.....	226
4.4. A experiência da compensação ambiental em benefício de áreas protegidas nos Estados Unidos da América – EUA.....	258
4.5. Considerações sobre os limites e possibilidades da compensação ambiental para o financiamento de áreas protegidas	262
Conclusões	275
Referências	281
Anexos	295